

Expressões da(s) arquitetura(s) popular(es):

Práticas e discursos de representação das identidades

Ana Saraiva¹

Resumo

Este artigo apresenta reflexões preliminares de uma investigação de doutoramento em antropologia que procura examinar práticas e discursos ligados a manifestações da arquitetura popular no espaço rural durante o século XX. A pesquisa evidenciou a necessidade de pensar três expressões arquitetónicas distintas em três períodos de tempo contíguos: a «casa do trabalhador rural» (1900 - 1960), associada à agropecuária; a «casa do emigrante» (1970 - 2013), conotada com a emigração para França; e a «casa emblematizada» (1990 - 2013), numa reificação da tradição.

O texto aborda as representações que os indivíduos fazem das habitações a partir de discursos sobre os processos de construção e ocupação das casas, mostrando a necessidade de pensar o estudo da casa em articulação com outras práticas sociais. A este respeito, destaca-se a importância de considerar leituras de género, questões de mobilidade social, aspetos do transnacionalismo e a fluidez da própria categoria de arquitetura popular.

Palavras-Chave: arquitetura popular, identidade, hibridização e transnacionalismo

Abstract

This article presents preliminary observations from a doctoral research in anthropology that examines practices and discourses linked to manifestations of folk architecture in rural areas during the twentieth century. The research highlighted the need to think three distinct architectural expressions in three contiguous periods of time: the 'house of rural worker' (1900-1960), associated with agriculture, the 'home of the emigrant' (1970-2013), concerned with the emigration to France, and the 'emblematizada home' (1990-2013), a reification of tradition.

The text discusses the representations that individuals make of dwellings from discourses about the processes of construction and occupancy of homes, showing the need for thinking about the study of the house in conjunction with other social practices. In this respect, we highlight the importance of considering gender readings, questions of social mobility aspects of transnationalism and the fluidity of the very category of popular architecture.

Keywords: popular architecture, identity, hybridization and transnationalism

¹ Doutoranda em Antropologia, na Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas).

1. Arquiteturas populares

Amplamente tematizada, a arquitetura popular tem sido analisada por antropólogos, arquitetos, historiadores, geógrafos e outros especialistas, em várias escalas de território (locais, regionais, nacionais) e com diferentes posicionamentos, que se revelaram fundamentais para o debate e o aprofundamento do tema até à atualidade. Não obstante a abrangência dos campos e das perspetivas de abordagem, os estudos realizados em Portugal até ao terceiro quartel do século XX privilegiaram as construções em meio rural, numa tendência para a associação da arquitetura popular à ruralidade (Ribeiro, 1945; Peixoto, (1904) [1990]; Lino, 1992 [1933], Oliveira et al, 1992, Pereira et al, (1961) [2004]).

Numa investigação recente sobre o tema, João Leal (2000) sistematiza quatro perspetivas sobre a arquitetura popular no século XX, a partir de abordagens disciplinares distintas: o movimento da casa portuguesa que, embora inicialmente envolvendo um conjunto alargado de intelectuais, foi prolongado pelos arquitetos; o inquérito à habitação rural, realizado pelos agrónomos do ISA; o inquérito à arquitetura popular em Portugal, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos; e os levantamentos da arquitetura tradicional conduzidos pelo Centro de Estudos de Etnologia. Estes olhares sintetizam quatro representações de arquitetura popular: a sua identificação como expressão de nacionalismo (Lino, (1933) [1992]), a miséria da vida no campo (Barros et al, 1947), as potencialidades modernas da construção tradicional (Pereira et al, (1961) [2004]) e as funções produtivas e sociais da habitação rural (Oliveira et al, 1992).

Nem sempre pacífico, cada um dos estudos captou aspetos da realidade da casa popular e todos, em conjunto, contribuíram para instituir a arquitetura popular como objeto de interesse disciplinar, promovendo o seu reconhecimento patrimonial.

Por volta de 1960, no decurso dos fenómenos políticos e sociais que anteciparam o 25 de Abril de 1974, instalavam-se novas prioridades culturais e científicas, e a atenção sobre a arquitetura popular esbatia-se. Em 1980, contudo, o interesse pelo tema ressurgia, ganhando vigor em 1990, já em contexto de pós-ruralidade e com um novo elenco de autores (Silvano e Coelho, 1993; Villanova et al., 1995; Caldas, 1999; Leal, 2000, 2009 a, 2009 b; Mestre, 2002; Correia, 2005; Tavares, 2008; Domingues, 2011).

As mudanças ocorridas entre finais de 1950 e 1970, num país em desruralização e com intensa emigração, refletiram-se na expansão das “casas de emigrantes.” O aspeto formal, o modo como reproduziam as práticas e os discursos dos proprietários e as reações na opinião pública geraram interesse nos debates intelectuais que promoveram a discussão do conceito de arquitetura popular, num ajustamento à conceção contemporânea da fluidez do popular (Venturi, 1972; Handler, 1994; Canclini, 1998; Glassie, 2000; Leal, 2009 b; Domingos, 2011).

Garcia Canclini, por exemplo, defende que o popular não é sinónimo de monopólio dos setores populares; antes, os fenómenos culturais tradicionais são hoje um produto multideterminado por atores diversificados, rurais e urbanos, locais, nacionais e transnacionais. O popular é, deste modo, constituído por processos híbridos e complexos que usam como signos de identificação elementos procedentes de diversas classes e nações. O autor considera ainda que a associação restritiva do popular ao passado rural é um obstáculo ao entendimento das mudanças nas sociedades industriais e urbanas. Por isso, rejeita a ideia de oposição abrupta entre o tradicional e o moderno, entre o popular e as massas, e sublinha o carácter construído e artificial da tradição. No devir da globalização, os canais eletrónicos de comunicação passaram a viabilizar o fluxo maciço de bens simbólicos tradicionais junto de públicos heterogéneos e a veicular interações fluídas entre o popular e o erudito, entre o tradicional e o moderno (1998: 197). Atualmente, o carácter flexível das tradições acompanha a heterodoxia da modernidade, sem caminhar porém para uma unificação cultural, na medida em que a globalização promove a afirmação das diferenças e o confronto entre culturas, numa valorização do pluralismo e das especificidades.

Este fenómeno suscitou novas construções intelectuais sobre as relações entre o espaço, a sociedade e a cultura. Conceitos como “campo social transnacional” (Glick Shiller et al., 1992), “espaço social transnacional” (Pries, 1999) ou “translocalidade” (Appadurai, 1995), repensaram a diferença, o pluralismo e o hibridismo, abrindo caminho à flexibilização do conceito de popular. Em Portugal, investigadores como João Leal, Roselyne de Villanova e Álvaro Domingues, alargaram este conceito no campo da habitação rural em diferentes áreas disciplinares.

É neste alargamento que cabe a ideia de “casa do emigrante”. O facto de ser uma arquitetura nas margens (através do objeto “casa”, do sujeito “emigrante” e dos juízos

de valor que marcaram a sua constituição como tema de debate social e intelectual) e a consolidação de uma literatura que apresenta o popular como sincrético, reforçam o termo plural e versátil de “arquiteturas populares” por oposição ao termo singular e mais rígido “arquitetura popular”.

2. De uma casa “local” para uma casa “transnacional”: Uma viagem familiar

É com base neste programa teórico contemporâneo que decorre a investigação de doutoramento sobre práticas e discursos ligados a manifestações da arquitetura popular em Portugal entre 1900 e a atualidade.

Este exercício de antropologia do quotidiano acompanha cronologicamente três grupos de expressões arquitetónicas relativamente coincidentes com três panoramas socioeconómicos: a «casa do trabalhador rural» erguida entre 1900 e 1960 (numa associação com a ruralidade e o domínio da agropecuária); a «casa do emigrante» erguida entre 1970 e 2013, embora com maior projeção até 1990 (conotada com a emigração para França); e a «casa emblematizada», a partir de 1990, que recupera nostalgicamente a imagem da antiga casa do trabalhador.

O trabalho de campo decorreu entre 2001 e 2013 no concelho de Ourém, um território pouco estudado no que respeita às suas arquiteturas populares². Por um lado, é uma zona de charneira, um lugar intermédio entre duas regiões administrativas - a Estremadura e o Ribatejo - com especificidades físicas e culturais, por exemplo ao nível da divisão da propriedade (cf. Pina Manique, 1931 por Medeiros, 1976). Embora prevalecesse o minifúndio, refletido nos modos de exploração dos campos e na forma como se organizavam as estruturas familiares e sociais, Ourém apresenta-se como um lugar compósito em termos geográficos, legais, institucionais e socioculturais (cf. Godinho, 2012: 226), absorvendo características de ambas as partes. Nessa condição, apresenta tendências e variantes que lhe conferem uma imagem pouco definida, difícil

² Em trabalho de campo foram visitadas trinta casas, com análise detalhada dos interiores (10 casas de trabalhadores rurais, 15 casas de emigrantes ou ex-emigrantes e cinco casas recuperadas). Foram realizadas entrevistas formais e informais com 30 proprietários de antigas casas rurais e 10 descendentes; 35 proprietários de “casas de emigrantes” e dez luso-descendentes; e 10 proprietários de casas recuperadas. Nos três casos foram entrevistados casais em conjunto e isoladamente. Foram ainda entrevistados cinco técnicos municipais com funções de análise de processos de licenciamento de obras, cinco projetistas, cinco pedreiros de casas de antigos trabalhadores rurais e cinco construtores civis.

de classificar e de enquadrar tipologicamente. Por outro lado, os materiais artesanais de construção local (o calcário mais a sul e a terra nas freguesias do centro e norte) têm um carácter pouco apelativo, comparativamente a materiais mais «nobres», como o granito e o xisto, motivo pelo qual o interesse pelo seu património arquitetónico nunca se desenvolveu.

A escassez de estudos desta natureza sobre o concelho reforça por si a necessidade de aprofundar o conhecimento regional sobre as formas de construção tradicional. Ademais, o facto de Espite (freguesia de Ourém) ser uma referência na emigração portuguesa para França acrescenta-lhe pertinência para uma reflexão sobre manifestações de modernidade no âmbito do tema. Os seus habitantes foram dos primeiros portugueses que se instalaram no *bidonville* de Champigny, um bairro social improvisado e dos mais populares da periferia de Paris (Volovitch-Tavares 1995). Espite e Champigny-sur-Marne (com forte presença portuguesa e ourensense em particular) foram assim os dois terrenos escolhidos para este estudo por comporem a trajetória residencial de uma comunidade de portugueses, muito expressiva em 1960 e 1970, e com impacto nas transformações sociais e culturais operadas em ambos territórios.

O movimento intenso da emigração neste período é visível na quantidade elevada e na exuberância das “casas de emigrantes” em Espite e freguesias vizinhas. Neste texto sobressaem algumas considerações tecidas a partir da leitura de conjunto das antigas “casas rurais” e das “casas de emigrantes”. Os proprietários das segundas descendem maioritariamente de pequenos agricultores e jornaleiros (cf. Rocha-Trindade, 1973), o grupo mais representativo das “casas rurais”, o que permite estabelecer uma leitura contínua e de contraponto entre duas gerações sucessivas.

2.1. A casa do trabalhador rural: 1900-1960

Em Portugal, e especificamente em Ourém, a agricultura foi o setor económico dominante até à segunda metade do século XX. Era uma atividade económica de pequena escala que assentava num trabalho duro e de rotina anual. Não tinha uma estrutura laboral organizada, pelo que dependia da cooperação familiar e do compadrio para assegurar o sustento de famílias inteiras (cf. Baptista, 1996).

Inserida nesta estrutura social, a casa do trabalhador rural não dispunha de projeto. Era programada oralmente com as participações do casal, dos pais respetivos e do pedreiro local, que tinha um papel influente nos resultados. O terreno existente, cedido pelos pais de um dos membros do casal, e o financiamento disponível determinavam a dimensão das áreas e a complexidade dos pormenores construtivos.

Erguida com materiais extraídos e transformados localmente, a casa dependia de mão-de-obra profissional (o pedreiro e o carpinteiro) e da ajuda de familiares e vizinhos, que davam serventia na fase de levantamento das paredes. O princípio de reciprocidade familiar e vicinal identificado na construção da casa era semelhante ao das esferas da produção e transformação agrícola, que beneficiava de sistemas de cooperação e de troca não monetarizados. Este princípio revê-se na ética da subsistência postulada por James Scott (1976: 544) como forma de ultrapassar as dificuldades da comunidade camponesa, fundando-se nos princípios de segurança individual e familiar.

O casamento, com tendência para a neolocalidade, marcava a ocupação da casa e um novo ciclo de produção agrícola e de reprodução familiar, numa relação de mutualidade, porque os campos garantiam a condições mínimas de subsistência do agregado e este (pais e filhos) assegurava a gestão dos campos. Existia uma relação de interdependência entre a família, a terra e a casa, num circuito semi-fechado de autoprodução e autoconsumo. Ao longo da vida, o casal ia erguendo anexos agropecuários em volta do núcleo habitacional, à medida das necessidades de armazenamento e das possibilidades materiais, construindo progressivamente o conceito de casa como tecnologia de produção (Oliveira *et al*, 1992).

À semelhança do que Sónia Ferreira identifica relativamente à memória das mulheres operárias de Almada (2012: 131), também neste caso as memórias de género evocam espaços e momentos diferentes, porque homens e mulheres viviam-nos de modos distintos. De salientar é ainda que os informantes homens não se alongam em descrições detalhadas sobre a casa como espaço de auto-representação, comparando com o detalhe fornecido pelas mulheres em discursos sobre a sua relação com o espaço doméstico. Desta leitura de contraponto sobressai a representação de uma gestão doméstica assente na distribuição sexual de papéis, estabelecida socialmente e rotinizada.

As mulheres evidenciam uma forte componente doméstica no processo de rememoração, nomeadamente com a datação da história das famílias (Fentress e Wickham, 1992). Valorizam ainda as vivências do quotidiano, nomeadamente nas áreas da limpeza e da confeção de refeições, em discursos onde o trabalho do campo é um prolongamento do trabalho da casa e vice-versa. Por sua vez, nos discursos masculinos sobressaem as narrativas ligadas à construção da casa (custo e processo construtivo) e a práticas laborais, mais do que rituais da história familiar. Para os homens, as fronteiras entre a casa e o campo estão mais demarcadas, com o trabalho masculino movendo-se entre os campos e os anexos agropecuários, sem passar a fronteira da habitação.

Quanto à memória dos espaços domésticos, a divisão que sobressai nos relatos femininos é a cozinha, mais concretamente a lareira, associada ao conforto, ao consumo, às sociabilidades e a trabalhos femininos. Quando falam sobre este espaço, realçam as refeições que consumiam, os alimentos, o modo de confeção e a forma como eram repartidas pelo agregado.

Enfatizam ainda o papel feminino na higiene da casa, com alusão aos calendários de limpeza, rotinizados e sintonizados com as dinâmicas agrícolas e religiosas: a limpeza anual e a limpeza semanal, sobre as quais tecem descrições minuciosas. Apontam a limpeza anual como uma lavagem rigorosa das áreas habitadas e a caiação em vésperas da Páscoa como uma desinfeção física, oportuna com a chegada do tempo quente, aliada à regeneração da alvura e à purificação espiritual da casa e do agregado. Era a principal ação de limpeza no ano, mas também era o momento alto de bênção das casas pelo pároco, um ritual de proteção da casa, da família e da propriedade em geral (Rodrigues, 2011: 49), que justifica a importância que estas mulheres lhe atribuem. Na limpeza semanal sublinham a passagem geracional dos ensinamentos e da responsabilidade. Assim que as filhas atingiam a idade de nove ou dez anos assumiam estas lides e a mãe passava a dedicar mais tempo aos trabalhos agrícolas. Os arranjos que faziam às roupas é outro relato comum ao grupo feminino e revela uma distância comparativa entre a restrição à data e a abundância ou “excesso” atual. As observações que fazem sugerem que não assimilaram bem a mudança, ainda que a considerem vantajosa. Relatos semelhantes surgem relativamente à casa. Valorizam a ornamentação da casa como comprovativo da esposa capacitada e do seu

estatuto social através de um jogo competitivo. As vizinhas solteiras disputavam entre si os labores do enxoval (bordados e rendas em lençóis, *naperons* e cortinas), que funcionavam como critérios valorativos para um potencial pretendente ao casamento. As casadas procuravam afirmar-se como mulheres trabalhadoras e asseadas.

Nos mecanismos de poder disputados entre o casal, as mulheres afirmavam uma posição dominante dentro de casa através do controlo da gestão do espaço doméstico, ajudando a regular um equilíbrio face à posição subalterna que detinham no campo e na rua. Por sua vez, o poder masculino era assegurado na rua e nos campos, numa exposição pública que interessava aos homens, por oposição à presença pouco visível no seio da habitação. Nesta, permaneciam por períodos curtos durante os quais confinavam os movimentos à cozinha e aos quartos, delegando nas esposas tarefas e responsabilidades de gestão do espaço.

A distribuição de papéis contribuía, em certa medida, para minimizar posições de competição e de conflitualidade entre o casal ao nível da afirmação individual e social. Homens disputavam o poder com homens nas sementeiras e colheitas que faziam, nas propriedades e nas cabeças de gado que adquiriam, nas rodadas de vinho que pagavam. Mulheres disputavam o poder com mulheres na dedicação à limpeza (na casa, nas roupas e no corpo) e aos labores, e no recato que defendiam.

Identificam-se porém denominadores comuns a homens e mulheres na relação de interdependência entre a casa, os campos e o limiar de subsistência. A referência à pobreza é constante nos depoimentos masculinos e femininos, com alusão às condições em que dormiam, às refeições precárias, ao desconforto nos meses frios, à ausência de iluminação, ao modo como era feita a higiene, à escassez de vestuário e de calçado, ou mesmo à envolvente de terra, com poeiras a entrar pela casa: *“As casas agora estão melhor, era a casa e logo a estrada. Muito pó, sujava a roupa toda. Um cordel de uma oliveira à outra para estender a roupa”*³

Das casas visitadas, a maioria foi submetida a obras nas últimas décadas, visando a melhoria das condições de conforto, sem alteração estrutural do edifício. As principais mudanças consistiram na introdução de casa de banho, de água canalizada e de rede elétrica. Os informantes apontam outras alterações menos onerosas, mas significativas

³ Maria, residente em Fátima, Ourém.

para o conforto da casa, como aplicação de forro nas cozinhas, substituição de camas e de colchões, aquisição de guarda-fatos, a compra de roupas de cama, banho e cozinha, de louça, da máquina de lavar a roupa.... Os habitantes destas antigas casas rurais sublinham ainda a compra do sofá e da televisão como momento em que passam a aliar o descanso ao entretenimento num tempo em que a azáfama do campo já não lhes preenche os dias: *“A gente faz uma fogueirinha, tens uns sofás para se assentarmos, uma televisão. Estou bem melhor que o meu pai estava”*⁴. Estas valorizações confirmam a casa, não apenas como espaço de arquitetura, mas como lugar constituído por outros objetos da cultura material.

Não obstante, a generalidade dos proprietários mais velhos resiste a obras profundas e dispendiosas, considerando-as geradoras de confusão e desordem sobre disposições materiais inalteradas há décadas, com efeitos de destabilização de rotinas cristalizadas e de desperdício de poupanças económicas conquistadas com grande esforço. Inovações inesperadas ou mesmo programadas alteram o mapa visual do espaço doméstico e ritmos daí decorrentes, comprometendo a estabilidade emocional dos indivíduos.

Estas resistências conflituam com as posições dos filhos, que se mostram favoráveis à realização de obras e à substituição de materiais que visem a melhoria de conforto e da imagem de modernidade das casas. Além de proporcionarem melhores condições aos pais, e a capacidade destes para se atualizarem e acompanharem o dever geracional, a atualização das casas beneficia a imagem social dos filhos porque projeta a sua preocupação com o bem-estar dos pais.

2.2. A casa do emigrante português

2.1.1. A construção na aldeia e a afirmação social pela diferenciação: 1970-1990

A partir de 1960, e sobretudo de 1970, a industrialização e os intensos movimentos migratórios, especialmente para França, repercutiram-se na mudança das representações arquitetónicas das aldeias portuguesas a norte do Tejo. Após um início tímido, em finais de 1960, a construção de casas em Espite e Urqueira por portugueses

⁴ Joaquina, residente em Fátima, Ourém.

emigrados em França ganhou maior expressão em meados de 1970, prolongando-se até 1990. O fenómeno é confirmado pelo número elevado de casas no terreno e de pedidos de licenciamento, analisados pelo método de amostragem⁵.

Nas aldeias de Ourém, os modelos arquitetónicos tornaram-se mais complexos e as áreas de construção aumentaram até dez vezes, comparativamente às casas da geração anterior, numa valorização dos espaços amplos, com consequências no custo médio de construção. Com estas casas, os emigrantes apostavam também numa demarcação do passado rural precário e confinado, e projetavam um futuro próspero, extensivo aos descendentes. Queriam proporcionar-lhes uma vida melhor, pelo que investiam na sua educação e em condições de conforto, nomeadamente com a criação de quartos individuais. Tais conquistas visavam ainda a exibição do seu sucesso junto dos vizinhos.

As “casas de emigrantes” espelhavam influências arquitetónicas do Vale do Marne (mansardas, mirantes, coberturas inclinadas), mas também da industrialização que se instalava no país. A conjugação de influências das arquiteturas francesas, de tendências de construção rural alinhada com o mercado industrial, de desejos de progresso, e da utilização de materiais de construção nacional, deram origem a modelos híbridos contaminados com traços de um outro espaço geográfico e cultural, num jogo de apropriações negociadas entre vários atores.

Os processos de construção tinham como principais intervenientes os proprietários, que importavam modelos de desenvolvimento mais avançados para intervirem na transformação das aldeias rurais em pós-rurais, sentindo-se capitalizados para poderem contribuir para o progresso das suas aldeias. Mas envolviam também as participações dos projetistas (engenheiros técnicos que, querendo agradar ao dono da obra, misturavam por vezes aleatoriamente traços representativos de arquiteturas locais e estrangeiras) e dos construtores (em muitos casos ex-emigrantes com histórias

⁵ Foram analisados 124 projetos de arquitetura, datados entre 1960 e 2013, no arquivo de obras particulares do Município de Ourém. Destes, foram selecionados 32 casos paradigmáticos da “casa de emigrante uma análise mais aprofundada. Nalguns casos foi possível confrontar os projetos com a observação de habitações no terreno.

de construção em França, que reproduziam na aldeia). Com um papel mais esbatido, intervinham ainda os técnicos municipais (com propostas de afinações) e os familiares, em especial os pais, que acompanhavam a evolução da obra.

Entre 1970 e 1990, as “casas de emigrantes” foram parte visível do processo de mudança cultural da ruralidade para a pós-ruralidade em Portugal, num ajustamento do global ao local através de modelos universais com especificidades locais (Canclini, 1995). Em certa medida, estas construções ajudaram a marcar o fim das casas do trabalhador agrícola, às quais o emigrante não queria voltar porque o remetiam para aspetos do passado e para a imagem da miséria. Estas casas expressam ainda a mudança de um modelo de construção estabilizado entre proprietário e construtor de conceção assente num saber difundido oral e geracionalmente, para um modelo participado por um grupo de intervenientes mais alargado e que passava a ser alimentado pela fusão e pela experimentação.

Comparativamente, as casas rurais são signos de estabilidade e domesticidade e as casas dos emigrantes são signos de mobilidade espacial e social. Por sua vez, os discursos sobre as casas rurais remetem para uma leitura transversal (género e espaço, casa e campo agrícola) e os discursos sobre as casas dos emigrantes para uma leitura longitudinal (geração e espaço, Portugal e França).

Paradoxalmente, as casas que pressupunham uma mobilidade social e simbolizavam o progresso das aldeias suscitaram crítica na opinião pública, particularmente por parte de intelectuais e profissionais ligados à produção do espaço, que as consideraram detratórias da paisagem. As suas reações refletiam estigmas e estereótipos do emigrante. Os residentes, esses dividiam-se entre o elogio e a crítica, em função de fatores como a ligação afetiva e a identificação com o percurso de vida destes indivíduos. Uns viam nas casas a concretização de uma atitude de coragem e de sucesso dos emigrantes, com contributo para o progresso local. Outros encaravam-nas como produtos da atitude altiva, arrogante e invasora, num desrespeito para com os valores de equilíbrio da aldeia.

Atualmente, sobretudo em situações em que o regresso definitivo não se verificou, muitos emigrantes manifestam arrependimento em relação às casas que ergueram, afirmando que preferiam não as ter construído, ou teriam feito casas diferentes. Estes arrependimentos decorrem de razões distintas: indiretas e diretas. As razões indiretas

prendem-se com as reações estigmatizantes dos outros perante as casas e as suas próprias condutas. Estes emigrantes sentem então desapontamento, porque a casa não lhes garantiu a projeção social esperada. Sentem inclusive uma falta de reconhecimento pelo seu contributo para o desenvolvimento do país, e especificamente da aldeia, com o envio de remessas, a criação de emprego, o apoio a causas sociais e paroquiais, e a introdução de ícones de progresso (Vertovec, 2001). As razões diretas prendem-se já com as características que imprimiram às casas, ou seja, as escolhas espaciais, materiais e técnicas específicas que, possuindo objetivos simbólicos, provaram-se funcionalmente desadequadas. Foram registados os comentários como: *“Uma casa muito grande”*⁶; *“está fechada durante a maior parte do ano e estraga-se. Os filhos não vão dar valor à casa e vão perder a ligação à terra. Foram outros tempos... nem pensámos muito quando decidimos construir”*⁷; *“fiz-lhe alterações porque havia coisas com pouco jeito”*⁸.

A par do arrependimento há uma reconfiguração do posicionamento dos emigrantes em relação à construção de uma casa na aldeia natal, para a qual contribuem vários fatores. Em primeiro lugar, altera-se a imagem ideal que tinham de uma casa para si e para as famílias: grande, ostensiva, com a importação de estilos exógenos como negação do estilo residente.

Em segundo lugar, os próprios anseios e motivações dos emigrantes são reavaliados. Expressam o mau investimento num sonho que em tantos casos não de realizou (muitos emigrantes nunca regressaram definitivamente). Em sintonia com o observado por Carolina Leite (1998: 62), o facto de terem investido na casa como melhoria potencial do modo de residência, que viriam a habitar apenas durante um mês por ano, traduz o peso da virtualidade sobre a realidade. Perante tal evidência, passaram a valorizar a fruição do presente através da melhoria da qualidade de vida em França.

Em terceiro lugar, os emigrantes manifestam uma inferior capacidade e predisposição para a poupança do que tinham no passado. Preferem uma casa menor, mas suficiente para acolher confortavelmente a família. Esta nova atitude reflete a

⁶ Salvador (65 anos), ex-emigrante. Natural e residente em Espite.

⁷ Manuel (55 anos), emigrante. Natural de Espite.

⁸ Carlos (64 anos), ex-emigrante. Natural e residente em Urqueira.

desaceleração do investimento, antes centrado na poupança em prol de uma vida melhor no futuro para os próprios e para os descendentes. É uma mudança de paradigma da relação do emigrante português com o presente e com o espírito de sacrifício como investimento para o futuro: *“Eu já não penso que tenho que mandar dinheiro para Portugal, que tenho que ter uma “casa-museu” em Portugal. Eu vivo em França, o meu conforto está lá e aqui tenho o indispensável”*⁹.

Em último lugar, os emigrantes manifestam hoje uma atitude crítica à perda de «marcos identitários na aldeia». Esta posição tem implícita a convicção do prejuízo que casas como as suas provocaram na aldeia. Desejam ver a aldeia reabilitada nos termos da representação moderna de paisagem rural, hoje monumentalizada como património cultural: *“Se fosse hoje tinha recuperado a casa dos meus pais”*¹⁰. Do mesmo modo que se empenharam na construção do progresso da aldeia com a “casa do emigrante,” manifestam agora vontade de repor uma imagem idílica de ruralidade no contacto com a natureza e a ecologia.

Enfim, não querendo voltar às casas rurais acanhadas onde cresceram, também já não se reveem nos modelos híbridos construídos que passaram a rotular como ostensivos, desconfortáveis, dispendiosos e desenquadrados da aldeia.

2.2.2. A (re)integração na aldeia pela adesão ao neovernacular:1990-2013

Em meados de 1990, o número de projetos de casas de emigrantes desacelerou e a partir de 2000 praticamente perdeu expressão. Este desinvestimento na construção na aldeia está associado a vários fatores, entre os quais: a opção pela aquisição de casa no país de acolhimento, em detrimento de uma casa na aldeia com um futuro de ocupação incerto; a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal de Ourém, em 2001, com efeitos condicionadores na expansão imobiliária; e o aumento significativo dos custos de construção, paralelo a uma retração da capacidade de compra.

Os emigrantes que, contrariando a tendência, fizeram casa na aldeia têm idades médias entre os 40 e 60 anos e raramente assumem um regresso definitivo (Almeida, 2008). Justificam o investimento com a necessidade de privacidade familiar durante as

⁹ Maria (55 anos), emigrante. Natural de Espite.

¹⁰ Manuel (55 anos), emigrante. Natural de Espite.

curtas permanências no país e com a expectativa de um espaço próprio para passar períodos de tempo mais longos, após a reforma. A construção é ainda motivada pela vontade de manterem viva uma cultura rural em vias de desaparecimento e impedir as gerações seguintes de se desvincularem das suas raízes. Já os luso-descendentes, encaram a casa como uma espécie de destino exótico de férias, relevando algum afastamento no sentido de pertença ao lugar.

O início destas novas construções decorreu já num contexto oportuno à (re)ativação de referências culturais da identidade nacional, integrando um movimento mais vasto de valorização patrimonial da arquitetura popular e da memória rural, iniciado a partir dos anos 1980. Este movimento é contextualizado pelo desenvolvimento tecnológico, pela intervenção de novos intermediários culturais, pelo pensamento e estética pós-moderna e pela emergência de novos contextos geopolíticos, que enquadraram Portugal na CEE, com consequências na diluição de uma identidade nacional numa identidade transnacional. A imagem da arquitetura neovernacular, baseada em valores de autenticidade, era consolidada com a apropriação de objetos até então portadores de um papel funcional na vida camponesa, e sua conversão em ícones da cultura nacional. Os referentes do quotidiano da antiga casa do trabalhador rural, recuperados e exibidos, adquiriam novos significados, numa «segunda vida» do passado popular (cf. Kirshenblatt-Gimblett, 1998). Apareceram as casas com várias águas, assimétricas, telheiros, alpendres, colunas, cornijas e beirados à portuguesa.

É neste contexto que os emigrantes que ergueram casa nas décadas de 1970 e 1980 as alteraram em função de imagens e valores culturais mais recentes. Removeram-lhes características exteriores que remetiam para o estereótipo da “casa do emigrante”, como mansardas, azulejos, telhado preto, ou portadas de madeira; substituíram as cores fortes por cores suaves (beije, branco, salmão); e introduziram várias águas e alpendres apoiados em colunas de calcário. O juízo estético e social negativo da casa do emigrante vingou e o emigrante quer afastar-se de um estereótipo que não corresponde à sua auto-representação. Ele pretende melhorar a hetero-representação e considera que o ajustamento da sua casa à dos residentes pode contribuir para esse fim.

Além disso, o emigrante atual não é o mesmo emigrante da década de 1960 ou de 1970. Hoje, morar na periferia de Paris já não é uma espécie de subcultura suburbana isolada, como no período dos bairros clandestinos. Os emigrantes adquiriram outros lugares na sociedade, outro acesso a bens de consumo, outras representações culturais. Nesse sentido, não se trata apenas de construir uma casa que exiba uma mobilidade social perante a aldeia, mas de objetificar um outro entendimento do que é a modernidade e do que é o passado. Tal como para a classe média urbana, também para o emigrante, o passado e a tradição adquiriram um valor positivo. Pode ter sido conotado com a miséria, mas faz parte de uma identidade cultural; Ora, o consumo do passado é um traço de modernidade e os emigrantes manifestam a autoridade que reivindicam sobre os dois tempos: foram popular-rural e agora são modernos e urbanos, detendo o poder de reconhecer de forma *emic* o valor da casa rural como património.

2.2.3. A (re)construção no país de acolhimento

Nos últimos anos, a construção civil, uma das áreas motoras da economia local, registou uma quebra com repercussões na falência de muitas pequenas e médias empresas do setor. Este declínio foi mote para a retoma local da emigração com destino a França. O perfil destes emigrantes é composto por jovens assalariados sem formação académica superior e por empresários da construção civil. Muitos enveredam pela emigração pendular, com empreitadas que ajustam com empresas de construção portuguesas sedeadas em França.

Conscientes deste futuro incerto em Portugal, os portugueses que emigraram antes desta recente vaga substituem o sonho de um regresso definitivo por investimentos no país que habitam realmente, designadamente através da construção de casa própria em França. Preferem a moradia ao apartamento e (re)constroem-na com mão-de-obra e materiais portugueses, a que atribuem uma qualidade melhor e preço mais acessível. Pesa ainda nesta opção a solidariedade vicinal com a aldeia de origem.

Nestas habitações, sobressaem as coberturas pouco inclinadas com telha cerâmica, persianas, molduras em cantaria de pedra (com destaque para as molduras de calcário e de granito importadas de Portugal) e alpendres. As suas casas de França partilham

algumas características com as casas de emigrantes e de residentes que foram erguidas na última década em Espite e Urqueira. Mas também apresentam traços comuns a casas dos bairros franceses, revelando uma vez mais um fenómeno de contaminação.

Após a transformação das aldeias estudadas, e de tantas outras em Portugal, é a vez de alguns bairros franceses habitados por portugueses «importarem» expressões arquitetónicas identificadas como portuguesas. Estas casas, tal como as da aldeia de origem, são expressões do transnacionalismo dos emigrantes em atividades transfronteiriças, nomeadamente através de uma permuta dinâmica de bens e representações com os seus países de origem (Portes, 2004). Nesta expressão de transnacionalismo, confirmam-se duas ideias já enunciadas por Linda Basch *et al* (1994): a de que é um processo em que os emigrantes criam esferas sociais geradoras de cruzamentos entre fronteiras nacionais, através dos seus quotidianos, das relações sociais, económicas e políticas; e a de que é um termo que assinala a fluidez entre ideias, objetos, capital e pessoas que se movem entre fronteiras.

As tendências estéticas e os materiais que os emigrantes portugueses transportam são desterritorializados do local de origem e reterritorializados no local de acolhimento através de práticas e discursos pós-modernos (Levitt, 2007). Mas estas trocas ocorrem reciprocamente entre dois espaços com fronteiras localizadas - Ourém, em Portugal, e Vale do Marne, em França - permitindo aos emigrantes manterem ligações ao país de origem e ao mesmo tempo serem incorporados pelo país que os acolhe.

A aldeia portuguesa de Espite, que vivia fechada sobre si até há três gerações, é hoje uma aldeia transnacional que interage com espaços urbanos transnacionais. É um espaço social fluído, constantemente trabalhado pelos emigrantes que andam cá e lá, envolvidos com mais do que uma sociedade (Levitt, 2007: 131). Mas é também um espaço trabalhado pelos residentes que filtram e adaptam influências de vários territórios, as quais são continuamente absorvidas num processo identitário em permanente construção e reconfiguração. Do outro lado, o bairro francês povoado por portugueses desde a construção do *bidonville* de Champigny, tem-se desenvolvido à imagem de uma “portugalidade” que lhe confere identidade própria no território francês. Aqui as casas construídas e habitadas pelos emigrantes tornam-se partes visíveis de uma outra construção identitária em curso.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Aníbal, 2008, Os portugueses em França na hora da reforma, Editions Lusophone.
- AMARO, Rogério Roque (1985), "Ei-los que voltam: problemas e desafios do regresso dos emigrantes," *Revista Crítica de Ciências Sociais* (15/16/17), 351-373.
- ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined Communities - Reflections in the Origin and Spread of nationalism*, London/New York, Verso.
- ANIDO, Náyade e FREIRE, Rubens (1976), "A existência de ciclos emigratórios na emigração portuguesa," *Análise Social*, XIId (45), 179-186.
- APPADURAI, A. (1995) "The production of locality", in Fardon, R. (ed.) *Counterworks: Managing the Diversity of Knowledge*. London: Routledge, 204± 25.
- AUGÉ, Marc (1989) *Domaines et Chateaux*, Paris: Editions du Seuil.
- AUGÉ, Marc, *El ofício de Antropólogo, Sentido y libertad*, Gesida editorial, 2007, Barcelona.
- Barros, Henrique et al. (1947), *Inquérito à habitação rural*, II vol. A habitação rural nas províncias da Beira, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- BASCH, L.; Schiller N Glick; Szanton Blanc, C. (1994) *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Langhorne, PA: Gordon & Breach.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1996), « Declínio de um tempo longo », *O voo do arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.
- BAUMAN, Zigmund (1991), *Modernity and ambivalence*, Cambridge, Polity.
- CANCLINI, Néstor García, 1995, *Consumidores y Ciudadanos: Conflictos multiculturales de la globalización*, Editorial Grijalbo, México.
- CANCLINI, Néstor Garcia (1998), *Culturas híbridas*, Edusp.
- CANCLINI, Mariana (2004), "Taipa na construção tradicional", *Arquitectura de terra em Portugal*, Lisboa.
- DALAKOGLU, Dimitris (2010), "Migrating-remitting-'building'-dwelling: house-making as 'proxy' presence in postsocialist Albania," *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.) 16, 761-777.

DOMINGUES, Álvaro (2011), *Vida no Campo, Equações de arquitetura*, Porto, Dafne Editora.

FENTRESS, J e WICKAM, C. (1992) *Memória Social*, Lisboa, Teorema.

FERREIRA, Sónia (2012) “Memória, identidade e género no seio de uma comunidade operária,” *Usos da memória e práticas do património*, Lisboa, Colibri.

GODINHO, Paula (2012) “Uso da memória e práticas do património. Alguns trilhos e muitas perplexidades,” *Usos da memória e práticas do património*, Lisboa, Colibri.

GODINHO, Paula (2012), “Contextos da memória, lugares dessubstanciados e re-significação do passado: a fronteira como amenidade, insígnia e património,” *Usos da memória e práticas do património*, Lisboa, Colibri.

GOLDEY, Patrícia (1982), “Emigrantes e camponeses: Uma análise da literatura sociológica”, *Análise Social*, vol. XVIII (71), 533-553.

GONÇALVES, Albertino (1996), *Imagens e clivagens, os Residentes face aos Emigrantes*, Porto, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.

HALBWACHS, M. (1950) [1968] *La Memoire Colletive*, Paris, PUF.

HANDLER, Richard (1994), Is «identity» a useful cross-cultural concept? Gillis J. (ed.) *Commemorations. The Politics of national identity*, Princeton NJ, Princeton University Press, 27- 40.

KIRSHENBLATT- GIMBLETT, Barbara, 1998, *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*, Berkeley, University of California Press.

LEAL, João (2000), *Etnografias Portuguesas (1870 - 1970): Cultura popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LEAL, João (2007), “Usos da ruralidade: apresentação,” *Etnográfica*, maio de 2007. 11 (1): 57-62.

LEAL, João (2009 a), *Arquitectos, Engenheiros e Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura popular no Século XX Português*, Porto, Fundação Arquitecto Marques da Silva.

LEAL, João (2009 b), “Entre o Vernáculo e o Híbrido: A partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal,” *Colóquios de Outono, Intersecções: Antropologia e Arquitectura*, Universidade de Coimbra.

LEITE, Carolina et al (1995), *Casas de sonhos*, Paris, Edições Salamandra.

- LEITE, Carolina (1998), *Eva, depois do paraíso - Modos de habitar e identidade no percurso migratório*, tese para obtenção do grau de doutoramento, Braga, Universidade do Minho.
- LEVITT, Peggy (1998), "Social remittances: Migration driven local-level forms of cultural diffusion", *International Migration Review*, vol. 32, nº 4, 926-948.
- LEVITT, Peggy (2001) *The Transnational Villagers*. Berkeley: University of California Press.
- LEVITT, Peggy (2007), "Transnational Migration studies: Past developments and future trends," *Annu Rev. Sociol.*:33129-56 <http://soc.annualreviews.org>.
- LEVITT, Peggy e SHILLER Nina Glick (2004), "Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society," *International Migration Review*, 38 (145), 595-629, Fall.
- LOFGREN, Orvar (1989), *The nationalization of culture*, *Ethnologia Europea*.
- MEDEIROS, Fernando (1976), "Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal, no período entre as duas guerras mundiais", *Análise Social*, Vol. XII (2º) (nº46), 288-314
- MOUTINHO, Mário (1981), "Casas dos emigrantes ou arquitectura do emigrante" *Documentos do 2.º Congresso da A.A.P.: Os Arquitectos e o Ordenamento do Território*, Lisboa.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga e Galhano, Fernando (1992), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Publicações Dom Quixote, Portugal de Perto.
- PORTES, Alejandro (2004), "Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante," *Revista crítica de Ciências Sociais*, 69, outubro.
- PRIES, L. (ed.) (1999) *Migration and Transnational Social Spaces*. Aldershot: Ashgate.
- RIBEIRO, Orlando, (1945) [1986], *Portugal Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de relações geográficas*, (4.ª ed.), Coleção Nova Universidade, Livraria Sá da Costa Ed. Lisboa.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1973), *Immigrés Portugais*, Lisboa.
- RODRIGUES, Fernando Matos (2011), *Antropologia do espaço doméstico. Estudo de caso*, Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências Sociais.
- ROSETA, Helena (1988), "O estilo maison: o elevador da glória", *Jornal de Letras*, de 3 a 9 de maio.
- SARAIVA, Ana (2012), *Casas rurais na Alta Estremadura*, Leiria, CEPAE/Folheto.

SILVANO, Filomena (1990), "L'emigration en tant que processus de déplacement et de recomposition de l'habitat", *Sociedade e Território*, (número especial - Enjeux et transformations du territoire), 53-56.

SILVANO, Filomena; Coelho, Tereza (1993), "Sobre a construção de uma casa", *Antropologia Portuguesa, Práticas artísticas da modernidade*, Coimbra, Vol. 11, Departamento de Antropologia.

SCOTT, James (1976), *The moral economy of the peasant: Rebellion and subsistence in South-East, Asia*.

TAVARES, Marie-Christine Volovitch (1995), *Portugais à Champigny, le temps des baraques*, Paris, Éditions Autrement - Série Monde/ Français d'ailleurs, peule d'ici, n.º 86.

VENTURI, Robert et al (1972), *Learning from Las Vegas: The forgotten symbolism of architectural form*; England, The MIT Press, Cambridge, Massachussets and London.

VERTOVEC, Steven (2001), "Transnacionalism and identity," *Journal of Ethnic and Migrant Studies*, vol. 27, n.º 4, 573-582, october.

VILLANOVA, Roselyne (2006), *Double Residence: A Space for Intergenerational Relations. Portuguese Immigrants in France in the Twentieth and Twenty-First Centuries*, Institut Parisien de recherche, architecture, urbanistique, société, AUS CNRS, Translated from the French by Gabrielle Varro, R. de Villanova, *Portuguese studies Review* 14 (2), 2006/7, 241-261.